



Diário Oficial

Resolução regula funcionamento do sistema estadual de ensino do Pará

O Conselho Estadual de Educação (CEE) promulga a Resolução 002/2009, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino

que ofertam Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará. O objetivo da resolução, entre outros, é garantir a oferta em todos os níveis de ensino de acordo com os padrões mí-

nimos de qualidade, assim compreendidos a variedade mínima, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.
(Cad. 3 - Pág. 4)

Conselho de floresta

Portaria 3.708/2009, editada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) nomeia os membros, titulares e suplentes, representantes do Poder Público e da Sociedade Civil do Conselho de Floresta Estadual de Faro - Flota Faro, criada pelo Decreto Estadual 2.605/2006. O período de mandato dos respectivos membros obedecerá ao disposto no inciso II do artigo 321, da Constituição Estadual.
(Cad. 2 - Pág. 4)

COHAB convoca empresas para execução de obras do PMCMV

A Companhia de Habitação do Estado (COHAB/PA) convoca todas as empresas credenciadas pela Caixa Econômica Federal interessadas na execução de obras no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, para apresentar propostas para a

construção de unidades habitacionais, equipamentos comunitários e infraestrutura, no empreendimento denominado Loteamento Residencial Parque dos Ipês, situado no município de Castanhal. O objetivo é construir 1.412 unidades habitacionais incluindo casas e apartamentos, em quatro lotes.
(Cad. 1 - Pág. 11)

Gestão compartilhada

A Secretaria de Estado de Cultura (SECULT) firma convênios com diversas associações, centros culturais e outras entidades para implementação de atividades desenvolvidas por instituições da sociedade civil sem fins lucrativos, integrando uma gestão compartilhada de entidades selecionadas com a rede pontos de cultura.
(Cad. 3 - Pág. 1)

Ensino Fundamental

A Secretaria Adjunta de Ensino autoriza a implantação do Ensino Fundamental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na ERCEFN São Francisco Xavier, para atender alunos dos municípios Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri e Mojú.
(Cad. 3 - Pág. 8)

Quadro de vagas

Resolução 2058/2010, emitida pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), aprova o Quadro de Vagas para o Processo Seletivo de Transferências Internas e Externas - 2009, capital e interior, da referida Instituição de Ensino Superior.
(Cad. 3 - Pág. 9)

A História no Diário Oficial

MAGALHÃES BARATA (XC)

Em 28 de fevereiro de 1957 o governador Joaquim de Magalhães Cardoso Barata assinou o Decreto nº. 2.238, regulamentando limites de produção e taxas sobre os produtos da indústria extrativa vegetal de conformidade com a Lei nº. 913, de 04/12/1954, que estabelecia novas taxas de licenciamento para lotes de terras produtivas.

Em suas considerações o governador alegava, entre outros pontos, a necessidade da vigência dos limites de produção relativos aos produtos originados das terras de propriedade particular, de arrendamentos e aforamentos, bem como dos excessos de produção desses limites.

O decreto estabelecia limites de produção e o valor das exigências fiscais para cada safra anual, em relação às terras de produção de castanha, borracha e látex, gaúcho, coqueirana, maçaranduba, cumaru, copaíba, balata, pau rosa e madeira. A cobrança fiscal seria efetuada pela Recebedoria de Rendas do Estado mediante cálculo lançado com o "visto" do Serviço de Cadastro Rural.